



ACÓRDÃO Nº 889/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1668/2011.**
Apenso: Processos nºs 4358/2010 e 3168/2010.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – SEJEL.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Júlio César Soares da Silva - Ordenador de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3296/2016-MP-RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2633).
- 9- **Relator:** Auditor Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer – SEJEL. Exercício de 2010.

*Irregularidade. Multa. Encaminhamento.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer, exercício 2010, sob responsabilidade do **Sr. Júlio César da Silva**, Secretário e ordenador de Despesas, nos termos do inciso II, do art. 1º e da alínea “b”, do inciso II, do art. 22, todos da lei 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal, considerando as irregularidades não sanadas descritas na fundamentação da proposta de voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Júlio César Soares da Silva**, no valor de **R\$ 5.757,01 (cinco mil, setecentos e cinquenta e sete reais e um centavo) (7x822,43)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por atraso no envio

MJPSR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM



ACÓRDÃO Nº 889/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

das informações ao Tribunal de Contas por meio do sistema informatizado. O recolhimento deve ser no prazo de **30 (trinta) dias**;

- 10.3. Encaminhar** os autos à **DIREX** para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução 3/2011-TCE;
- 10.4. Recomendar** a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL, para que realize concurso público para preenchimentos dos cargos efetivos.
- 10.5. Determinar** à Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL, nos termos do art. 188 §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 10.5.1.** Adote o processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação para compra de serviços que podem ser realizados de uma vez, a fim de não contrariar o art. 24, II da Lei 8.666/93;
 - 10.5.2.** Evite os atrasos no envio das informações via sistema E-contas;
 - 10.5.3.** Realize as atividades fins da Secretaria evitando passar os serviços a terceiros, inclusive a realização de concurso público;
 - 10.5.4.** Obedeça aos critérios de contratação e prestação de Contas dos agentes privados e parceiros na execução dos serviços públicos;
 - 10.5.5.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III, do parágrafo 1º, do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Setembro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Júlio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

MJPSR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 889/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Yara Amazonia
YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

Alípio Reis Fermo Filho
ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

Carlos Alberto Souza de Almeida
CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral

MJPSR/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM